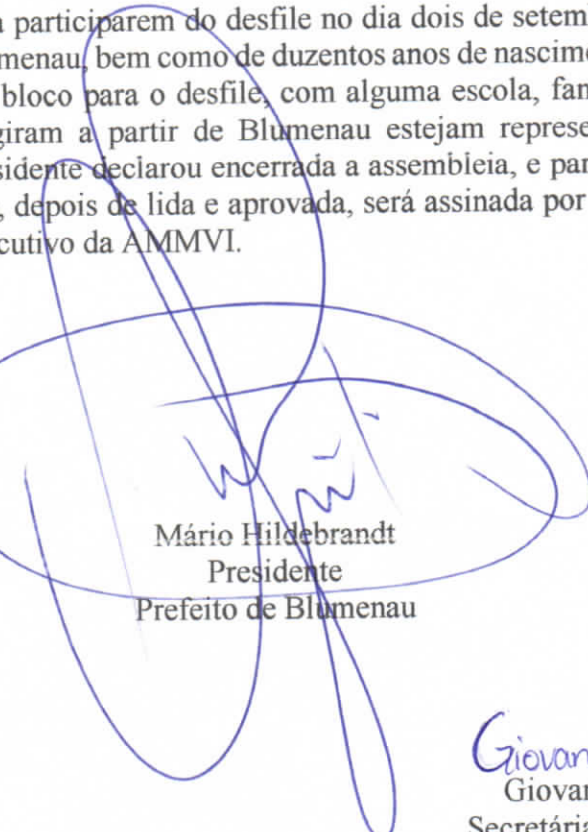


1 **ATA DA 475ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS**  
2 **DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ (AMMVI), REALIZADA NO DIA QUINZE DE AGOSTO DE**  
3 **DOIS MIL E DEZENOVE, NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU/SC.**


4 Aos quinze dias do mês de agosto de dois mil e dezenove, às 15 horas e 30 minutos, no auditório  
5 menor da AMMVI, em Blumenau/SC, realizou-se a quadringentésima septuagésima quinta  
6 Assembleia Geral Ordinária da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (AMMVI),  
7 presidida pelo presidente da entidade e prefeito de Blumenau, senhor Mário Hildebrandt, e  
8 secretariada por mim, Giovana Peron. A assembleia contou com a presença do senhor José Gerson  
9 Gonçalves, prefeito do município de Apiúna; do senhor Lairton Antonio Possamai, prefeito do  
10 município de Acurra; do senhor Jean Michel Grundmann, prefeito do município de Benedito Novo;  
11 do senhor Alcir Merizio, prefeito em exercício do município de Botuverá; da senhora Simoni Mercia  
12 Mesch Nones, prefeita do município de Doutor Pedrinho; do senhor Matias Kohler, prefeito do  
13 município de Guabiruba; do senhor Ércio Kriek, prefeito do município de Pomerode; do senhor  
14 Marildo Domingos Felippi, prefeito do município de Rio dos Cedros; do senhor Paulo Roberto Weiss,  
15 prefeito do município de Rodeio; do senhor Jorge Augusto Krüger, prefeito do município de Timbó;  
16 do senhor José Rafael Corrêa, diretor executivo da AMMVI, além de demais interessados, conforme  
17 registro de presença. Após declarada aberta a assembleia, com a constatação do quórum estatutário,  
18 deu-se início à reunião e foi apresentada a Ordem do Dia, composta pelos seguintes itens: 1 – Leitura  
19 e votação da ata da assembleia anterior; 2 – Saúde (Programa Médicos pelo Brasil/Mais Médicos); 3  
20 – Projeto Recuperar (Parceria Estado/AMMVI/Consórcio e Municípios); 4 – Cenário das Finanças  
21 Públicas; 5 – Agendas; 6 – Assuntos Gerais. Tratando do item um da pauta, foi confirmado o  
22 recebimento antecipado da ata pelos prefeitos, que foi encaminhada para aprovação por correio  
23 eletrônico, e não havendo manifestações, esta foi aprovada por unanimidade. Passando ao item dois,  
24 foi dada a palavra à senhora Jaqueline Nehring, assessora de saúde do Consórcio Intermunicipal do  
25 Médio Vale do Itajaí (CISAMVI), a qual apresentou alguns dados que refletem o impacto do fim do  
26 programa Mais Médicos na região, e uma perspectiva do início do novo programa, chamado Médicos  
27 pelo Brasil. Citou que a Medida Provisória (MP) 890/2019, que aborda a criação do novo programa,  
28 foi publicada em primeiro de agosto, e nela está inclusa a criação de Agências para o  
29 Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde (ADAPS), que será um serviço social autônomo, e  
30 fará toda a gestão do programa, inclusive seleção, formação, remuneração e avaliação dos  
31 profissionais atuantes, bem como subsidiará o Ministério da Saúde (MS) no que tange a lotação dos  
32 profissionais. Citou ainda que os médicos terão vínculo empregatício pela Consolidação das Leis do  
33 Trabalho (CLT), com salário e outros encargos trabalhistas conforme legalmente previsto. Ressaltou  
34 também que a própria MP determina que os profissionais serão lotados em locais de alta  
35 vulnerabilidade, os quais são especificados como municípios com alta proporção de pessoas  
36 cadastradas nas equipes de Estratégia de Saúde da Família (ESF) e/ou no programa Bolsa-Família,  
37 ou ainda que recebem benefícios de prestação continuada (BPC) ou recurso previdenciário de até dois  
38 salários mínimos por mês. Complementou que o prazo para a MP virar Lei é até dezembro do corrente  
39 ano, e que neste meio tempo o MS precisa viabilizar a criação das ADAPS, para que os primeiros  
40 editais sejam lançados a partir do próximo ano. Em seguida, apresentou os índices atuais de pobreza,  
41 de mortalidade infantil, e de vinculação ao programa Bolsa-Família na região do Médio Vale do Itajaí,  
42 que são os mais expressivos baseados no conceito de vulnerabilidade apresentado na MP. Salientou  
43 que este conceito será utilizado para a classificação dos municípios e a lotação dos profissionais, e  
44 apresentou os critérios de classificação a serem utilizados nos editais, ressaltando que um deles será  
45 uma linha classificatória por categorias territoriais, quais sejam: rural remoto, rural adjacente,  
46 intermediário remoto, intermediário adjacente e urbano. Citou ainda que estas categorias serão  
47 aplicadas após o censo do próximo ano, que em um mesmo município pode haver mais de uma  
48 categoria, e que na região do Médio Vale do Itajaí todos os municípios se enquadram como urbano

49 ou intermediário adjacente. Em seguida, apresentou o impacto do fim do Programa Mais Médicos em  
50 nossa região, que após o final do último contrato, terá redução de quase trinta e seis por cento (36%)  
51 de profissionais médicos na região, e os municípios precisarão repor estes profissionais, que tem  
52 atualmente um custo médio de quinze mil reais (R\$15.000,00) por mês. Por fim, apresentou a previsão  
53 de fim dos contratos em cada município, sendo que os últimos serão em novembro de 2021. Passando  
54 ao item três, foi dada a palavra ao senhor Richard Buchinski, arquiteto da AMMVI, e ao senhor Allan  
55 Stark, engenheiro do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí (CIMVI), os quais  
56 apresentaram um levantamento feito das estradas estaduais que passam pelos municípios da região.  
57 Neste levantamento, apontaram os principais problemas encontrados nas rodovias em cada  
58 município, como placas apagadas, sujas ou encobertas por vegetação, drenagem comprometida,  
59 asfalto deteriorado, trechos sem acostamento, depressões ou buracos na pista, falta ou defeito nas  
60 defensas, escorregamentos de terra, entre outras problemáticas, ressaltando que a maior parte das vias  
61 está com condições ruins ou péssimas de tráfego. Na sequência, o senhor Mário Hildebrandt  
62 agradeceu pela apresentação, e passou a palavra ao senhor Jean Michel Grundmann, presidente do  
63 CIMVI, o qual ressaltou que não houve um posicionamento oficial acerca do aceite ou rejeição ao  
64 convênio do Projeto Recuperar, e que decidiu-se fazer esta análise para verificar a situação das  
65 rodovias na região e manifestar-se posteriormente. Também esclareceu que a competência de  
66 manutenção e conservação das rodovias estaduais é do Estado, e não dos municípios, e que o projeto  
67 não contempla recursos para vias municipais, mas sim a transferência de valores que atualmente são  
68 aplicados pelos órgãos do Governo do Estado responsáveis pela recuperação e manutenção da malha  
69 viária estadual. Em seguida, foi dada a palavra ao senhor Marcos Fey Probst, assessor jurídico da  
70 AMMVI, o qual tratou sobre o Decreto e o Convênio que referendam a atuação do Projeto, citando  
71 os pontos de preocupação, como as responsabilidades a serem assumidas pelo Consórcio e pelos  
72 municípios, a maneira de contratação dos serviços, a prestação de contas, entre outros pontos. Sugeriu  
73 fazer um melhor detalhamento do convênio e do plano de trabalho, e verificar se o recurso a ser  
74 repassado será suficiente para atender as demandas. Por fim, colocou-se à disposição para sanar  
75 eventuais dúvidas. Houve uma breve discussão sobre as obrigações a serem assumidas pelo Consórcio  
76 e municípios, e foi solicitado um estudo acerca dos impactos financeiros, administrativos e jurídicos  
77 ao Consórcio e aos gestores. Por fim, acordou-se que será enviado ofício ao secretário de estado da  
78 Infraestrutura e Mobilidade solicitando que venha participar de reunião na sede da Associação para  
79 ampliar a discussão acerca do tema com os prefeitos, e também será feita nota à imprensa  
80 esclarecendo algumas informações acerca desta situação. Dando sequência à pauta, o item quatro foi  
81 pulado para ser tratado em uma próxima reunião, e passou-se ao item cinco, onde o senhor Mário  
82 Hildebrandt lembrou que logo após a Assembleia, estará ocorrendo a Sessão Solene da Assembleia  
83 Legislativa de Santa Catarina (ALESC) em comemoração aos cinquenta anos da Associação. Na  
84 sequência, no item seis, foi dada a palavra à senhora Márcia Zilá Longen, coordenadora do Colegiado  
85 de Tributação da AMMVI, a qual explicou acerca da situação de redução da arrecadação do Imposto  
86 Sobre Serviços (ISS) nos municípios quando há mudança de faixa de receita para Empresas de  
87 Pequeno Porte (EPP) optantes do Simples Nacional (SN), que vem ocorrendo desde janeiro de 2018  
88 devido a Lei Complementar 155/2016. Diante disto, após reunião conjunta dos colegiados de  
89 Tributação e Procuradores, foi proposto um projeto de lei municipal ajustando a tributação para EPPs  
90 optantes do SN. Em seguida, sugeriu que o projeto seja enviado para votação, e colocou-se à  
91 disposição para realizar explanações nas Câmaras de Vereadores caso necessário. Tomando a palavra,  
92 o senhor Ércio Kriek demonstrou-se preocupado com esta situação, e solicitou um estudo do impacto  
93 financeiro desta mudança para que haja uma discussão maior acerca do tema. Diante disto, a senhora  
94 Márcia Zilá Longen propôs que cada prefeito verifique com a secretaria da Fazenda qual seria o  
95 impacto financeiro em seu município, para posteriormente discutir a questão, e o senhor Mário  
96 Hildebrandt reiterou a sugestão. Em seguida, o presidente da AMMVI convidou a todos os prefeitos

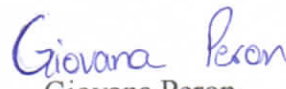
97 para participarem do desfile no dia dois de setembro, em comemoração ao aniversário da cidade de  
98 Blumenau, bem como de duzentos anos de nascimento do fundador. Sugeriu que cada município traga  
99 um bloco para o desfile, com alguma escola, fanfarras, ou clube de caça e tiro, para que todos que  
100 surgiram a partir de Blumenau estejam representados. Por fim, nada mais havendo a tratar, o  
101 presidente declarou encerrada a assembleia, e para constar, eu, Giovana Peron, lavrei a presente ata  
102 que, depois de lida e aprovada, será assinada por mim, pelo senhor presidente e pelo senhor diretor  
103 executivo da AMMVI.



Mário Hildebrandt  
Presidente  
Prefeito de Blumenau



José Rafael Corrêa  
Diretor Executivo



Giovana Peron  
Giovana Peron  
Secretária Executiva